

Advocacia Pública Federal

Consultiva na Prática

Reinaldo Oliveira

Advocacia Pública Federal Consultiva na Prática

Cuiabá, MT
Edição Autor
2020

Copyright © by Reinaldo Oliveira

Este livro foi escrito, diagramado e produzido pelo autor que detém todos os direitos de conteúdo e comercialização dessa obra. É proibida a duplicação ou reprodução deste livro, no todo ou em parte, sob quaisquer meios, sem a autorização expressa do autor.

Contato com o autor pode ser feito pelo e-mail:
reicarlo@zipmail.com.br.

CIP-Brasil Catalogação na Publicação
Ficha Catalográfica feita pelo autor

O48a

Oliveira, Reinaldo

Advocacia Pública Federal Consultiva na Prática / Reinaldo Oliveira. Cuiabá, MT:
Edição Autor.

ISBN 978-65-00-07173-3

1. Advocacia pública. 2. Serviço público. 3. Direito administrativo. 4. Direito educacional. 5. Licitações e contratos administrativos. 6. Legislação de pessoal. 7. Legislação organizacional. 8. Informações administrativas. 9. Despachos. 10. Pareceres. I. Título.

CDD 341.36

CDU 342.9(81)

Sumário

Introdução	13
Parte 1 - Direito administrativo	17
1.1 - Licitações e contratos administrativos	17
1.1.1 - Informações administrativas	17
1.1.1.1 - Avaliação técnica de minuta de edital de concorrência pública.....	17
1.1.1.2 - Avaliação técnica de minuta de contrato administrativo	18
1.1.1.3 - Avaliação técnica de minuta de contrato para aquisição de combustíveis.....	19
1.1.1.4 - Avaliação técnica de dispensa de licitação para aquisição emergencial de gases medicinais	19
1.1.1.5 - Avaliação técnica de minuta de convite e anexos	20
1.1.1.6 - Avaliação técnica de minuta de acordo de cooperação técnica.....	23
1.1.1.7 - Avaliação técnica de prorrogação de contrato administrativo	25
1.1.1.8 - Avaliação técnica de minuta de edital e seus anexos	26
1.1.1.9 - Avaliação técnica de recusa do adjudicatário em assinar o contrato	31
1.1.1.10 - Avaliação técnica de consulta formulada acerca da possibilidade de substituição de dados contratuais de empresa.....	32
1.1.2 - Pareceres	33

1.1.2.1 - Avaliação técnica de minuta de termo aditivo a contrato administrativo	33
1.1.2.2 - Avaliação técnica de processo administrativo de tomada de preços	36
1.1.2.3 - Avaliação técnica de inexigibilidade de licitação e minuta de contrato.....	46
1.1.2.4 - Avaliação técnica de inexigibilidade de licitação	49
1.1.2.5 - Avaliação técnica de minuta de edital de licitação na modalidade de tomada de preços	51
1.1.2.6 - Avaliação técnica de inexigibilidade de licitação e minuta de contrato administrativo.....	53
1.2 - Legislação de pessoal	55
1.2.1 - Informações administrativas	55
1.2.1.1 - Avaliação técnica de incorporação de gratificação pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento.....	55
1.2.1.2 - Avaliação técnica de acumulação de cargos públicos.....	56
1.2.1.3 - Avaliação técnica de pedido de informações acerca de contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria e residência médica.....	57
1.2.1.4 - Avaliação técnica de pedido de licença-prêmio por assiduidade	58
1.2.1.5 - Avaliação técnica de pedido de incidência de gratificação de atividade executiva e adicional de tempo de serviço sobre diferença de proventos oriunda da complementação salarial de que tratou a exposição de motivos do extinto Departamento Administrativo do Serviço Público nº 329/1979.....	60

1.2.1.6 - Avaliação técnica de consulta formulada acerca das sanções disciplinares regimentais e legais aplicáveis aos servidores docentes faltosos às reuniões departamentais..	63
1.2.1.7 - Avaliação técnica de pedido de gratificação de estímulo à docência.....	65
1.2.1.8 - Avaliação técnica de pedido de progressão funcional.....	66
1.2.1.9 - Avaliação técnica da aplicação da gratificação de atividade instituída pela Lei Delegada nº 13/1992 sobre proventos de aposentadoria e benefícios de pensão.....	70
1.2.1.10 - Avaliação técnica de pedido de incorporação de horas extras	71
1.2.1.11 - Avaliação técnica de prorrogação de prazo de validade de concurso público	74
1.2.1.12 - Avaliação técnica de pedido de retorno de inativo ao cargo em virtude do qual foi aposentado.....	75
1.2.1.13 - Avaliação técnica de pedido de transformação de aposentadoria por invalidez em aposentadoria voluntária	76
1.2.1.14 - Avaliação técnica de pedido de progressão funcional por titulação.....	77
1.2.1.15 - Avaliação técnica de exercícios anteriores decorrentes de progressão funcional por titulação	78
1.2.1.16 - Avaliação técnica de exercícios anteriores decorrentes de gratificação de estímulo à docência	80
1.2.1.17 - Avaliação técnica de exercícios anteriores decorrentes de pensão temporária.....	81
1.2.1.18 - Avaliação técnica de exercícios anteriores decorrentes de restituição de contribuição previdenciária	82

1.2.1.19 - Apreciação técnica de exercícios anteriores decorrentes de incorporação de décimos de funções de confiança	84
1.2.1.20 - Apreciação técnica de exercícios anteriores decorrentes de concessão de adicional de insalubridade...	85
1.2.2 - Pareceres	86
1.2.2.1 - Apreciação técnica de acumulação de proventos de aposentadoria com vencimentos de dois cargos públicos efetivos de professor no regime de trabalho de quarenta horas semanais.....	86
1.2.2.2 - Apreciação técnica de pagamento de bolsa de extensão universitária a servidor público estudante.....	97
1.2.2.3 - Apreciação técnica de pedido de desfazimento de aposentadoria voluntária	101
1.2.2.4 - Apreciação técnica de recurso administrativo ...	107
1.2.2.5 - Apreciação técnica da possibilidade de concessão de férias coletivas por órgão público.....	110
1.3 - Legislação organizacional.....	117
1.3.1 - Informações administrativas.....	117
1.3.1.1 - Apreciação técnica de minuta de regimento interno.....	117
1.3.1.2 - Apreciação técnica de consulta formulada por dirigente de unidade universitária	118
1.3.2 - Pareceres	118
1.3.2.1 - Apreciação técnica de tombamento de bens móveis.....	118
Parte 2 - Direito Educacional	125
2.1 - Administração acadêmica.....	125
2.1.1 - Informações administrativas	125

2.1.1.1 - Avaliação técnica de pedido de concessão de diploma do curso de ps-graduao no nível de mestrado em administrao de empresas.....	125
2.1.2 - Pareceres	127
2.1.2.1 - Avaliao técnica de minuta de convênio a ser celebrado por universidade pública e empresa privada, objetivando a concessão de estágio curricular a estudantes de graduao	127
2.1.2.2 - Avaliao técnica de minuta de convénio a ser celebrado por universidade pública e empresa pública, objetivando a concessão de estgio curricular a estudantes de graduao	129
2.1.2.3 - Avaliao técnica de minuta de convénio a ser celebrado por universidade pública e serviço social autnomo, objetivando a concessão de estgio curricular a estudantes de graduao.....	132
2.1.2.4 - Avaliao técnica de minuta de convénio a ser celebrado por universidade pública e órgão estatal integrante da administrao pública direta, objetivando a concessão de estágio curricular a estudantes de graduao.....	135
Parte 3 - Direito tributário.....	138
3.1 - Execuo fiscal	138
3.1.1 - Informaes administrativas.....	138
3.1.1.1 - Avaliao técnica de inscrio em dívida ativa de débito oriundo de taxa de serviço metrológico	138
3.1.1.2 - Avaliao técnica de inscrio em dívida ativa de débito oriundo de taxa de controle e fiscalizao ambiental	139

3.1.1.3 - Apreciação técnica de inscrição em dívida ativa de débito oriundo de multa administrativa decorrente do poder de polícia de autarquia federal de metrologia.....	140
3.1.1.4 - Apreciação técnica de inscrição em dívida ativa de débito oriundo de valor indevidamente recebido a título de benefício previdenciário de auxílio doença	142
3.1.1.5 - Apreciação técnica de inscrição em dívida ativa de débito oriundo de valor indevidamente recebido a título de benefício previdenciário de amparo social ao idoso	143
3.1.1.6 - Apreciação técnica de pedido de parcelamento de débito inscrito em dívida ativa decorrente de multa administrativa aplicada pela fiscalização de autarquia federal ambiental	144
3.1.1.7 - Apreciação técnica de inscrição em dívida ativa de débito decorrente de multa administrativa aplicada pela fiscalização da autarquia federal de aviação civil	146
3.1.1.8 - Apreciação técnica de inscrição em dívida ativa de débito oriundo da cobrança de taxa de fiscalização de funcionamento cobrada pela autarquia federal de telecomunicações	148
3.1.1.9 - Apreciação técnica de inscrição em dívida ativa de débito oriundo de multa administrativa decorrente do poder de polícia da autarquia federal de telecomunicações.....	149
3.1.1.10 - Apreciação técnica de inscrição em dívida ativa de débito oriundo de contribuição para o fundo de universalização dos serviços de telecomunicações.....	150
3.1.1.11 - Apreciação técnica de inscrição em dívida ativa de débito oriundo de pagamento indevido de benefício previdenciário	151

3.1.1.12 - Avaliação técnica de inscrio em dívida ativa de valores indevidamente pagos a título de abono de permanência em serviço a servidor público federal aposentado	152
3.1.1.13 - Avaliao técnica de inscrio em dívida ativa de restituio de amparo social concedido judicialmente.....	155
3.1.1.14 - Avaliao técnica de inscrio em dívida ativa de valores indevidamente pagos a título de pensão por morte com base em decisão judicial inexistente.....	157
3.1.2 - Pareceres	161
3.1.2.1 - Avaliao técnica de prescrio intercorrente impeditiva da cobrança de multa administrativa ambiental	161
3.1.2.2 - Avaliao técnica de prescrio quinquenal impeditiva de inscrio em dívida ativa de débito previdenciário	162
3.1.2.3 - Avaliao técnica de decadência impeditiva de inscrio em dívida ativa de débito ambiental	164
3.1.2.4 - Avaliao técnica de prescrio tributária impeditiva de inscrio em dívida ativa de débito ambiental	165
3.1.2.5 - Avaliao técnica de inscrio em dívida ativa de valor recebido a título de benefício previdenciário de amparo social concedido a pessoa portadora de deficiência física	167
3.1.2.6 - Avaliao técnica de inscrio em dívida ativa de valor recebido a título de benefício previdenciário de aposentadoria rural por idade.....	169
3.1.2.7 - Avaliao técnica de inscrio em dívida ativa de valor recebido a título de benefício previdenciário obtido	

mediante a inserção de documentos contendo indícios de irregularidade	171
3.1.2.8 - Apreciação técnica de inscrição em dívida ativa de valor recebido a título de benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de serviço	172
3.1.2.9 - Apreciação técnica de pedido de suspensão do registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal-Cadin e a expedição de certidão positiva de débitos com efeitos de negativa.....	174
3.1.2.10 - Apreciação técnica de inscrição em dívida ativa de débito de multa administrativa aplicada pela autarquia federal de telecomunicações	176
3.1.2.11 - Apreciação técnica de pedido de concessão de certidão negativa de débitos ou certidão positiva de débitos com efeitos de negativa	177
3.1.2.12 - Apreciação técnica de pedido de extinção de débitos previdenciários e exclusão do Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal-Cadin	181
3.1.2.13 - Apreciação técnica de pedido de extinção de débitos previdenciários e exclusão do Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal-Cadin	184
3.1.2.14 - Apreciação técnica de pedido de substituição de penhora incidente sobre bem imóvel.....	188
3.1.2.15 - Apreciação técnica de pedido de suspensão de registro do nome de devedor do Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal-Cadin	191
Referências bibliográficas	198

Introdução

Esta Advocacia Pública Federal Consultiva na Prática visa auxiliar minimamente a estudantes, servidores públicos e operadores do direito que atuam na consultoria jurídico-administrativa da Administração Pública Federal não somente aqueles que estão no início de carreira, mas também os que em razão da carga exorbitante de trabalho para poucos profissionais encontram dificuldades para redigirem integralmente e rapidamente todos os seus pronunciamentos em processos administrativos que precisam analisar diariamente no desempenho das suas atividades funcionais em defesa do interesse público.

O presente trabalho divide-se em três partes versando sobre direito administrativo, educacional e tributário mostrando peças jurídico-administrativas simples denominadas de informações administrativas, envolvendo apenas a análise dos conteúdos constantes dos expedientes administrativos à luz do direito e dos princípios básicos da Administração Pública e pareceres que são peças jurídico-administrativas um pouco mais complexas que envolvem também a doutrina e a jurisprudência.

A primeira parte, direito administrativo, dispõe sobre licitações e contratos administrativos, legislação de pessoal e organizacional. Inicialmente nas licitações e contratos administrativos são mostradas peças processuais jurídico-administrativas no formato de informações administrativas e pareceres, onde se tem uma ideia genérica da apreciação técnica de minutas e anexos de editais, contratos administrativos, convites e acordos de cooperação técnica, bem como dispensa e inexigibilidade de licitação, tomada de preços, recusa do adjudicatário em assinar contrato, termos

aditivos de prorrogações de contratos administrativos e consultas gerais relacionadas com o tema licitações.

Na legislação de pessoal visualizam-se modelos de apreciações técnicas de incorporação de gratificações, acumulação de cargos públicos e remunerações, contagem de tempo de serviço, licenças, sanções disciplinares aplicáveis, incorporação de horas extras, progressão funcional, prazo de validade de concurso público, transformação de aposentadoria por invalidez em voluntária, pagamentos de valores de exercícios anteriores e de bolsa de extensão universitária a servidor público estudante, desfazimento de aposentadoria voluntária, recurso administrativo e possibilidade de concessão de férias coletivas por órgão público.

No âmbito da legislação organizacional serão mostrados modelos de apreciações técnicas de minuta de regimento interno, consultas jurídico-administrativas de ocupantes de cargos de chefia e tombamento de bens móveis públicos.

A segunda parte – direito educacional – versa sobre modelos de apreciação técnica de concessão de diploma de curso de pós-graduação no nível de mestrado, minutas de convênios a serem celebrados por universidade pública com empresa privada ou pública, serviço social autônomo e órgão estatal integrante da administração pública direta, objetivando a concessão de estágio curricular a estudantes de graduação.

Por último, a terceira parte refere-se a direito tributário com modelos de apreciação técnica de inscrição em dívida ativa de débito oriundo de taxa de serviço metrológico, multa administrativa decorrente do poder de polícia de autarquia federal de metrologia e telecomunicações, multa administrativa aplicada pela fiscalização de autarquia federal ambiental, telecomunicações e de aviação civil,

cobrança de taxa de fiscalização de funcionamento cobrada por autarquia federal de telecomunicações e contribuição para o fundo de universalização dos serviços de telecomunicações, valor indevidamente recebido a título de benefício previdenciário, auxílio doença, amparo social ao idoso e a pessoa portadora com deficiência física, aposentadoria rural por idade e por tempo de serviço, abono de permanência em serviço de servidor público federal aposentado, restituição de amparo social concedido judicialmente e valores indevidamente pagos a título de pensão por morte com base em decisão judicial inexistente.

E ainda modelos de apreciação técnica de prescrição intercorrente de multa administrativa ambiental, prescrição quinquenal de débito previdenciário, prescrição tributária e decadência de débito ambiental, inscrição em dívida ativa de valor recebido a título de benefício previdenciário obtido mediante a inserção de documentos contendo indícios de irregularidade, pedido de extinção de débitos previdenciários, suspensão do registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal-Cadin e de concessão de certidão negativa de débitos ou certidão positiva de débitos com efeitos de negativa e substituição de penhora incidente sobre bem imóvel.

Os tipos e modelos de apreciação técnica são peças jurídico-administrativas básicas norteadoras que se referem ao trabalho administrativo cotidiano no âmbito das diversas autarquias e fundações públicas federais brasileiras. Em razão disso, o servidor público e o operador do direito que atua em alguma autarquia ou fundação pública específica pode inserir na peça jurídico-administrativa, onde couberem, as orientações administrativas e legislação do órgão que atua.

Além disso, pode complementar a argumentação jurídica e assim melhorar a sua peça jurídico-administrativa, colocando nela o seu conhecimento peculiar e a sua criatividade, melhorando-a e deixando-a com as suas características profissionais e pessoais, adaptando-a ao caso específico com o intuito de defender da melhor forma possível o interesse público.

Com o objetivo de facilitar minimamente o trabalho desenvolvido pelos servidores públicos e operadores do direito que atuam na consultoria jurídico-administrativa da Administração Pública Federal, cada tipo e modelo de peça jurídico-administrativa contém o argumento jurídico-administrativo acompanhado da legislação da autarquia ou fundação pública federal referida e em alguns casos de orientação jurídico-administrativa, doutrina e jurisprudência.